Direito Sancionatório Administrativo

Programa

Direito Sancionatório Administrativo

I. Regime de Conferências:
Funciona em regime de seminários temáticos, com a duração de 45 minutos de exposição, seguidos de 30 minutos de debate sobre o tema.

II. Regime de Laboratório de Prática:
Funciona em regime de aula teórico-prática, durante a qual se discutem casos e jurisprudência, a propósito dos temas anteriormente abordados nos seminários temáticos, sempre coordenados por um/a docente universitário especializados nas áreas jurídicas a tratar. Haverá, pelo menos, um módulo dedicado a cada um dos grandes blocos temáticos a abordar, ao longo do curso.

III. Regime de Mesa-Redonda:
Funciona em regime de debate académico, introduzido por uma breve exposição de 10 minutos, seguida de apreciação crítica por dois convidados, que dispõem de 10 minutos cada, e de uma discussão argumentativa entre todos os membros da mesa, com a duração de 45 minutos

Programa

09 de janeiro de 2015 (6ª feira)

18h30: Apresentação do Curso

- Prof.ª Doutora Helena Morão
- Prof. Doutor Miguel Prata Roque

19h00: Lição Inaugural - Os Poderes Sancionatórios da Administração Pública

- Prof. Doutor Huergo Lora (Faculdade de Derecho de la Universidad de Oviedo)

20h00: A Decisão Sancionatória enquanto Ato Administrativo

- Juiz-Conselheiro Vítor Gomes (Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo)

Bloco I – Objeto e Âmbito do Direito Sancionatório Administrativo

10 de janeiro de 2015 (sábado)

15h00: Mesa-Redonda (I) – O Conceito Material de Infração Administrativa enquanto Mecanismo de Restrição de Direitos Fundamentais

- Apresentação:
  Prof. Doutora Helena Morão (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)
- Comentadores:
  Prof. Doutor Jorge Reis Novais (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

Rui Pereira (Professor Convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa/CIDPCC)

16h15: Intervalo

16h30: Mesa-Redonda (II) – O Conceito Material de Sanção Administrativa de Natureza Não Penal (à luz da Jurisprudência Europeia e Internacional)

- Apresentação:
  Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)
- Comentadores:
  Mestre Inês Ferreira Leite (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC) / Prof. Doutor Huergo Lora

16 de janeiro de 2015 (6ª feira)

18h30: Relações de Complementariedade e de Subsidiariedade entre o Direito Administrativo e o Direito Penal

- Prof. Doutor Miguel Prata Roque (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

19h45: Intervalo

20h00: A Autonomização Juscientífica do Direito Sancionatório Administrativo: em Especial, a Teoria Geral da Norma Sancionatória Administrativa

- Prof.ª Doutora Helena Morão

17 de janeiro de 2015 (sábado)

15h00: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco I)

- Prof. Doutora Helena Morão

16h15: Intervalo

Bloco II – Os Sujeitos: Entidades Administrativas e Sujeitos Passivos

16h30: Os Poderes Administrativos das Forças de Segurança: Organização e Exercício

- Prof. Doutor João Caupers (Juiz-Conselheiro do Tribunal Constitucional / Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa)

23 de janeiro de 2015 (6ª feira)

18h30: Os Poderes Sancionatórios das Entidades Administrativas Independentes

- Mestre Maria Fernanda Maçãs (ex-Juíza-Conselheira do Supremo Tribunal Administrativo / Consultora do Banco de Portugal / Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)

19h45: Intervalo

20h00: Os Poderes Sancionatórios da Administração Tributária e da Segurança Social

- Prof. Doutor Germano Marques da Silva (Faculdade de Direito da Universidade Católica – Escola de Lisboa)

24 de janeiro de 2015 (sábado)

15h00: Mecanismos Jurídico-Financeiros de Fiscalização e Sanção de Atividades Económicas e Políticas: em Especial, a

Fiscalização das Contas dos Partidos e dos Agentes Políticos

- Prof. Doutor Carlos Lobo (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / IDEFF)

16h15: Intervalo

16h30: Os Poderes Sancionatórios da ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

- Mestre António Nunes (ex-Presidente da ASAE / Universidade Lusíada de Lisboa)

30 de janeiro de 2015 (6ª feira)

Bloco III – Teoria Geral do Ilícito Administrativo

18h30: As Condutas Típicas e Atípicas e o Desvalor do Comportamento no Ilícito Administrativo

- Prof. Doutor Augusto Silva Dias (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

19h45: Intervalo

20h00: Exclusão da Ilicitude e da Culpa no Ilícito Administrativo: o Direito de Necessidade e o Conflito de Deveres

- Mestre António Neves (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

31 de janeiro de 2015 (sábado)

15h00: Dolo, Erro e Negligência no Ilícito Administrativo

- Mestre João Matos Viana (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

16h15: Intervalo

16h30: Exclusão da Ilicitude e da Culpa no Ilícito Administrativo: o Dever de Obediência e a Obediência Indevida

- Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

6 de fevereiro de 2015 (6ª feira)

18h30: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco II)

- Prof. Doutor Miguel Prata Roque

19h45: Intervalo

20h00: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco III)

- Mestre Inês Ferreira Leite Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

7 de fevereiro de 2015 (sábado)

15h00: A Responsabilidade das Pessoas Coletivas pelo Ilícito Administrativo

- Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

16h15: Intervalo

16h30: Responsabilidade Solidária e Subsidiária dos Dirigentes

- Mestre João Matos Viana

13 de fevereiro de 2015 (6ª feira)

18h30: A Comparticipação no Ilícito Administrativo

- Prof. Doutora Helena Morão

19h45: Intervalo

20h00: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco III)

- Prof. Doutora Helena Morão

Bloco IV – Tipologia de Sanções Administrativas

14 de fevereiro de 2015 (sábado)

15h00: As Sanções Administrativas Tutelares

- Mestre André Folque (Gabinete do Provedor de Justiça)

16h15: Intervalo

16h30: As Sanções Administrativas Revogatórias

- Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

20 de fevereiro de 2015 (6ª feira)

18h30: As Sanções Administrativas Ambientais

- Mestre António Sequeira Ribeiro (ex-Inspetor-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território / Professor na Universidade Lusíada – Escola de Lisboa)

19h45: Intervalo

20h00: As Sanções Disciplinares (Públicas)

- Prof. Doutora Ana Neves (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

21 de fevereiro de 2015 (sábado)

15h00: As Sanções Administrativas Contratuais

- Prof. Doutor Pedro Costa Gonçalves (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra / Diretor-Executivo do CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação)

16h15: Intervalo

16h30: As Sanções Administrativas Atípicas: em Especial, as Sanções Pecuniárias Compulsórias

- Mestre Inês Ferreira Leite

27 de fevereiro de 2015 (6ª feira)

18h30: As Sanções Administrativas Urbanísticas

- Prof. Doutor João Miranda (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

19h45: Intervalo

20h00: As Sanções Financeiras

- Prof. Doutor Guilherme de Oliveira Martins (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / IDEFF)

28 de fevereiro de 2015 (sábado)

15h00: As Sanções Contraordenacionais

Prof. Augusto Silva Dias (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

16h15: Intervalo

16h30: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco IV)

- Mestre Inês Ferreira Leite

Bloco V – Fase Administrativa: tramitação procedimental e garantias

06 de março de 2015 (6ª feira)

18h30: O Direito de Audiência Prévia nos Procedimentos Sancionatórios enquanto Direito Fundamental

- Prof. Doutor Pedro Machete (Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional /Faculdade de Direito da Universidade Católica – Escola de Lisboa)

19h45: Intervalo

20h00: Oportunidade e Acordo: os Acordos Endoprocedimentais no Âmbito de Procedimentos Administrativos Sancionatórios

- Prof. Doutora Alexandra Leitão (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

07 de março de 2015 (sábado)

15h00: O Direito de Acesso aos Documentos Administrativos e aos Documentos na Posse de Particulares em Procedimentos Sancionatórios

- Prof. Doutor David Duarte (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

16h15: Intervalo

16h30: O Dever de Colaboração e a Proibição de Autoincriminação

- Prof. Doutor Frederico da Costa Pinto (Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa)

13 de março de 2015 (6ª feira)

18h30: O Dever de Fundamentação das Decisões Sancionatórias

- Prof. Luís Filipe Colaço Antunes (Faculdade de Direito da Universidade do Porto)

19h45: Intervalo

20h00: O Direito de Defesa e a Admissibilidade da sua Compressão: Ponderação de Interesses Conflituantes

- Dr. Paulo de Sá e Cunha (Fórum Penal)

14 de março de 2015 (sábado)

15h00: As Garantias de Imparcialidade: o Problema da Cumulação de Poderes Instrutórios e de Poderes de Decisão

- Mestre Pedro Moniz Lopes (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

16h15: Intervalo

16h30: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco V)

- Prof. Doutor Miguel Prata Roque

Bloco VI - Fase Jurisdicional: impugnação e direitos processuais

20 de março de 2015 (6ª feira)

18h30: A Escolha entre a Jurisdição Judicial, Administrativa ou Arbitral

- Prof. Doutor Domingos Farinho (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

19h45: Intervalo

20h00: A Diversidade de Meios Processuais de Impugnação de Decisões Sancionatórias Administrativas

- Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

21 de março de 2015 (sábado)

15h00: – A Utilização em Processo Sancionatório de Elementos Obtidos no Processo de Supervisão, “Fair Trial Rights” e Garantia de Recurso Jurisdicional

- Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes

16h15: Intervalo

16h30: A Desproporcionalidade da Sanção Administrativa e a Violação do «Ne Bis in Idem»

- Mestre Inês Ferreira Leite

27 de março de 2015 (6ª feira)

18h30: Os Limites ao Direito ao Recurso de Decisões Jurisdicionais sobre Sanções Administrativas

- Prof.ª Doutora Isabel Alexandre (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

19h45: Intervalo

20h00: A Execução de Decisões de Invalidação de Sanções Administrativas: Vias de Reparação dos Particulares

- Prof. Doutor Mário Aroso de Almeida (Faculdade de Direito da Universidade Católica – Escola do Porto)

28 de março de 2015 (sábado)

15h00: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco V)

- Prof. Doutora Helena Morão / Prof. Doutor Miguel Prata Roque

16h15: Intervalo

16h30: Lição de Encerramento - As Sanções Administrativas como Sintoma do Movimento de Despenalização e as Garantias Constitucionais dos Particulares

- Prof. Doutora Blanca Lozano Cutanda (Faculdad de Derecho de la Universidad del Pais Basco – UPV / EHU)

Direito Sancionatório Administrativo

Informações

Condições Gerais e Funcionamento do Curso

Inscrições: até 13 de janeiro de 2015

Propinas:

- Valor Base: 1.500 €
- Valor "Early Bird" (de 15/10 a 30/11): 1.125 € (redução de 25%)
- Valor Integral (de 01/12 a 06/01): 1.275 € (redução de 15%)
- Valor pago em 2 prestações: 1.500 €

Descontos: Pagamento de valor reduzido de 1.125 € (redução de 25%) para Associados do Forum Penal – Associação de Advogados Penalistas, para Auditores do CEJ – Centro de Estudos Judiciários, para Magistrados (e respetivos Assessores) dos Tribunais Judiciais e Administrativos e do Ministério Público.

- Nota: os descontos não são cumulativos

Aulas Isoladas: Pagamento de 100 € por conferência ou de 200 € por Laboratório Jurídico, mediante prévia inscrição, até à véspera da conferência ou Laboratório Jurídico em causa, através do secretariado de apoio ao curso.

Número Máximo: 50 alunos, sendo escolhidos em função da maior antiguidade da data de inscrição (com possibilidade de autorização excecional de inscrição de número superior).

Tempo Letivo: 2 semestres letivos

Carga Horária: 300 horas, distribuídas de acordo com os seguintes critérios:

- Aulas presenciais – 80 horas
- Projeto de relatório e orientação de investigação por docente do curso – 40 horas
- Investigação – 60 horas
- Elaboração de relatório – 120 horas

Sistema de Avaliação: Avaliação e classificação de relatório de investigação sobre um dos temas lecionados no curso, de acordo com a seguinte calendarização:

- Apresentação de projeto de relatório – até 13 de março de 2015 (1º semestre)
- Aprovação do projeto de relatório e atribuição de orientador – até 28 de março de 2015 (1º semestre)
- Entrega de relatório – até 15 de junho de 2015 (2º semestre)
- Publicitação de avaliações – até 30 de junho de 2015 (2º semestre)
- Entrega de diplomas certificativos – até 15 de julho de 2015

Regras do Relatório: Máximo de 50 páginas, em formato A4, com letra “Times New Roman”, letra de tamanho 12 e espaçamento de 1,5

Créditos: Aprovação na pós-graduação corresponde a 7,5 ECT´s, conferindo equivalência à disciplina optativa de Direito das Contra-Ordenações, do Mestrado Profissionalizante em Ciências Jurídico-Forentese, ou à disciplina optativa de Direito de Polícia, do Mestrado Profissionalizante em Direito Administrativo (condicional e sujeito a confirmação, mediante aprovação da equivalência pelos órgãos competentes da Faculdade, que se encontra em curso)

Regime de Frequência: A mera frequência da parte letiva do curso (1º semestre) confere direito à obtenção de um certificado de frequência.

Presenças: A obtenção de certificado de frequência pressupõe a assistência mínima de mais de metade das sessões diárias ministradas.

Requisito de certificação: A obtenção de diploma certificativo de pós-graduação ou de certificado de frequência dependente da prévia entrega ao secretariado do curso de uma certidão de habilitações de licenciatura (em Direito ou em outra área científica conexa).

Notas e Condicionalismos:

- O Programa do Curso pode ser alvo de alterações pontuais, quer em termos de conteúdo programático, quer de conferencistas, quer de calendarização.
- O Curso apenas abrirá se for preenchido o número mínimo de participantes, fixado em 20 alunos.
- Em caso de não abertura do Curso, serão devolvidas, integralmente, as propinas entretanto pagas.

Direito Sancionatório Administrativo

Ficha Técnica

De 9 de janeiro a 28 de março de 2015
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Organização e Coordenação Científica:
Prof.ª Doutora Helena Morão
Prof. Doutor Miguel Prata Roque